

ECO
105

3-105

Dualismo Financeiro na Economia Moçambicana e seu Impacto na Estrutura Produtiva

Subsector do Algodão

Cleto Defim de Deus

Junho de 2007

Trabalho de Licenciatura em Economia
Faculdade de Economia
Universidade Eduardo Mondlane

C. E. E. - ECONOMIA	
R. E.	29830
DATA	26/09/07
ACQUIÇÃO	oficial
NOTA	

Declaração

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para um grau académico numa instituição educacional.

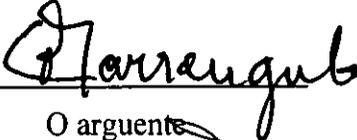
Maputo, aos 18 de Junho de 2007

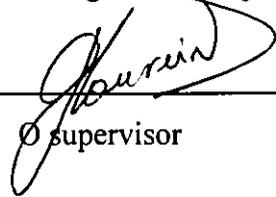


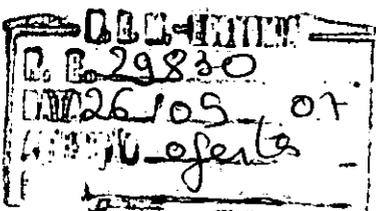
Aprovação do júri

Este trabalho foi aprovado com valores, no dia 26 de Junho de 2007, por nós membros do júri examinador da Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane.


O presidente do júri


O arguente


O supervisor



Índice

Lista de Gráficos e Tabelas	iii
Agradecimentos.....	v
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 OBJECTIVOS.....	3
1.2 METODOLOGIA	3
2. REVISÃO DE LITERATURA	4
2.1 DEFINIÇÃO DO DUALISMO	4
2.2 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.....	6
2.2.1 <i>Estrutura global da produção agrícola no fim do período colonial</i>	6
2.2.2 <i>O processo de reestruturação do sistema financeiro</i>	7
2.2.3 <i>Fontes de crédito a produção e investimento</i>	9
2.2.4 <i>Liberalização do sistema financeiro</i>	11
3. A PRODUÇÃO E CONSUMO MUNDIAL DO ALGODÃO	13
3.1 TENDÊNCIA DA PRODUÇÃO DO ALGODÃO NACIONAL	13
4. ESTRUTURA DO SECTOR FINANCEIRO	14
4.1 FONTES DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA	17
4.2 PROBLEMÁTICA DAS FINANÇAS RURAIS	19
4.2.1 <i>Criação do Banco de Desenvolvimento Rural</i>	20
5. POLÍTICA DO ALGODÃO	21
5.1 A INDÚSTRIA TÊXTIL EM MOÇAMBIQUE.....	21
5.2 O FINANCIAMENTO DAS CONCESSIONÁRIAS	22
5.3 CLASSIFICAÇÃO DOS OPERADORES	23
5.4 INSTITUTO DE ALGODÃO DE MOÇAMBIQUE (IAM).....	25
5.4.1 <i>Mecanismos de estabelecimento de preços</i>	26
5.5 CONSTRANGIMENTOS NA RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO POR INPUTS	26
5.6 DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO ALGODÃO	27
5.7 RENDIMENTO DO ALGODÃO	29
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	32
ANEXO 1. CRIAÇÃO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE, TENDO COMO FUNÇÕES:	34
ANEXO 2. CAPÍTULO I. DA NATUREZA DO B.M, SEDE, OBJECTO E FINS	35
ANEXO 3. BENEFICIÁRIOS DAS MICROFINANÇAS E LISTA DAS CONCESSIONÁRIAS.....	36
ANEXO 4. OBJECTIVOS PRINCIPAIS DO INSTITUTO DE ALGODÃO DE MOÇAMBIQUE:.....	37
ANEXO 5. DADOS REFERENTES AO SISTEMA FINANCEIRO	38
ANEXO 6. EVOLUÇÃO DE DIFERENTES DADOS REFERENTES À CULTURA DO ALGODÃO	40
7. BIBLIOGRAFIA.....	43

Lista de gráficos e tabelas

Lista de gráficos

GRÁFICO 1: PRODUÇÃO E CONSUMO MUNDIAL DO ALGODÃO	13
GRÁFICO 2: PRODUÇÃO DO ALGODÃO NACIONAL EM TONELADAS	14
GRÁFICO 3: RELAÇÃO CRÉDITO TOTAL E TOTAL DOS ACTIVOS	15
GRÁFICO 4: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO.....	15
GRÁFICO 5: PROJECTOS APROVADOS POR SECTOR.....	16
GRÁFICO 6: FONTES DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA.....	17
GRÁFICO 7: COMPARAÇÃO ENTRE O ALGODÃO FIBRA CLASSIFICADO E EXPORTADO	22
GRÁFICO 8: PRODUÇÃO DO ALGODÃO POR SECTORES EM TONELADAS	27
GRÁFICO 9: PRODUÇÃO DO ALGODÃO POR ZONAS EM TONELADAS	28
GRÁFICO 10: PRODUÇÃO DO ALGODÃO POR ZONAS EM HECTARES	29
GRÁFICO 11: RENDIMENTOS DO ALGODÃO POR SECTORES	29
GRÁFICO 12: COMPARAÇÃO DOS RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS COM A PRODUÇÃO DIRECTA.....	30
GRÁFICO 13: EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE ALGODÃO POR HECTARE EM MOÇAMBIQUE.	30
GRÁFICO 14: EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE ALGODÃO POR HECTARE NO MALI	31

Lista de tabelas

TABELA 1: ESTRUTURA GLOBAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO FIM DO PERÍODO COLONIAL	6
TABELA 2: MONTANTES DE CRÉDITO AGRÁRIO AUTORIZADOS PELO BPD EM 1977	10

À saudosa, avó Genuina.

Que fez suas, as minhas preocupações, dificuldades, durante o curso, aconselhando-me e dando forças para ir em frente.

Aos meus pais, irmãos e familiares no geral, que me apoiaram e acreditaram em mim.

Agradecimentos

Para a realização do presente trabalho fico grato ao meu supervisor, Dr. José Dias Loureiro, pela atenção que deu ao trabalho.

Ao pessoal do Centro de Promoção de Investimentos, da TechnoServe, Instituto de Algodão de Moçambique, pelas facilidades na facultação de dados.

À Francisco Ferreira dos Santos, pela disponibilidade para a entrevista e contribuição com pontos de vista sobre o subsector do Algodão.

Ao Prof. Doutor Carlos Nuno Castel-Branco pela ajuda na abordagem inicial do tema.

Agradeço aos professores do curso pela sua contribuição na minha formação, aos meus colegas que me ajudaram nesta caminhada, pela atenção e companhia.

1. Introdução

O presente trabalho analisa o dualismo financeiro na economia moçambicana e seu impacto na estrutura produtiva, sendo o estudo de caso o subsector do algodão.

Para Moçambique, um país em vias de desenvolvimento, o investimento, através do financiamento das actividades do sector produtivo primário, caso de agricultura, é de crucial importância pelas ligações a ele associadas, de produção a montante, de crescimento a jusante e de rendimento e consumo.

A pobreza inibe o desenvolvimento económico, registando-se mais no meio rural relativamente ao urbano. Com efeito, segundo dados do censo agro-pecuário de 2000, a incidência da pobreza a nível nacional é de 54.1%, sendo 55.3% nas zonas rurais. Por sua vez, a profundidade da pobreza é de 20.5% a nível nacional, sendo 20.9% para as zonas rurais.

Dados do mesmo censo indicam que 3.27% das explorações dedicam-se a culturas de rendimento, enquanto, 96.73% dedicam-se a culturas alimentares básicas, o que é consubstanciado pelo uso de instrumentos e técnicas rudimentares.

O sector financeiro formal, constituído por bancos comerciais, cooperativas de crédito, não consideram o sector produtivo primário rentável, pois priorizam um retorno rápido e de menor risco na concessão de empréstimos, o que desfavorece a agricultura beneficiando actividades como o comércio. Encontrar formas de ultrapassar a fraca acumulação do sector agrícola, aliado ao baixo financiamento e a consequente baixa produtividade, é a motivação que leva à análise que se faz nos capítulos seguintes.

O período a considerar parte da implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE) até ao ano 2005. Todavia, torna-se necessário fazer-se uma análise do comportamento do sistema financeiro no período antecedente e sua implicação na estrutura produtiva da economia de modo a compreender-se em que medida condicionou a actual situação, mesmo tendo em consideração os diferentes sistemas políticos de governo predominantes.

Para tal, o trabalho começa com o presente capítulo, a introdução, contendo os objectivos, metodologia, seguindo-se a revisão da literatura, onde também dar-se -à um enquadramento histórico à análise. Seguir-se-à o capítulo da produção e consumo mundial do algodão onde se analisará a produção nacional, seguido do capítulo que trata da estrutura do sector financeiro Moçambique adicionado da problemática das finanças rurais. Depois seguir-se-à o tratamento do subsector do algodão no capítulo da política do algodão, por fim teremos as conclusões e recomendações.

1.1 Objectivos

O objectivo geral do presente trabalho é analisar os diferentes modos de financiamento existentes na economia moçambicana e sua implicação na estrutura produtiva da economia, partindo do pressuposto de que as análises agregadas dão as características gerais que podem influenciar o desempenho a nível individual. O objectivo específico é verificar como a organização de uma actividade, neste caso do subsector do algodão, pode superar o problema do financiamento que a envolvente gera na sua sustentabilidade.

1.2 Metodologia

O trabalho usa dados estatísticos que revelam a importância do crédito na carteira de activos do sistema financeiro formal e a dinâmica do crédito sectorial, que permitem verificar o comportamento dos fluxos do investimento, o que por sua vez é reforçado pela análise da tendência do investimento, reflectida pelos dados do Centro de Promoção de Investimentos (CPI).

Para captar o panorama financeiro rural recorreu-se aos dados do censo agro-pecuário realizado em 2000, com abrangência nacional, para conhecer de entre outros elementos, as fontes de captação de recursos financeiros para actividades rurais, caso concreto da agricultura.

A análise do subsector do algodão baseia-se no enquadramento institucional para se verificar como se encontra organizado de forma a ter uma produção e produtividade elevadas, dado que a produção do algodão requer muita mão-de-obra, pelo menos para o plantio. Em adição verificou-se o financiamento no subsector, a dinâmica em termos de out-put e produtividade, fazendo-se um enquadramento a nível do mercado internacional, destino actual de quase a totalidade da produção.

Para o tema principal do trabalho, dualismo financeiro, fez-se uma revisão de literatura baseada em estudos publicados.

2. ¹Revisão de literatura

2.1 Definição do dualismo

Dow define dualismo como: “a propensão de classificar conceitos, afirmações, e eventos de acordo com duplos, como pertencendo a uma de duas categorias, todo-abrangentente, mutuamente-exclusivo, com significados fixos: verdadeiro ou falso, lógico ou ilógico, positivo ou normativo, facto ou opinião, e mais”.

Para Mearman, esta definição básica pode ser vista como tendo sete elementos explícitos e distintos.

- Primeiro, refere-se à propensão humana para a classificação numa forma dualista.
- Segundo, refere-se à classificação de conceitos, afirmações e eventos.
- Terceiro, é a estipulação de que entidades são posicionadas somente numa categoria das existentes.
- Quarto, numa categorização dualista, o número existente de categorias é somente de dois.
- Quinto, há exclusão mútua das duas categorias.
- Sexto, é a condição de que as categorias são abrangentes, exaustivas. A exaustividade serve para negar a possibilidade de uma terceira categoria, tanto como uma categoria independente, ou como uma síntese das duas categorias em questão.
- Sétimo, requer que as categorias tenham significados fixos.

Destes sete elementos, Mearman deduziu o oitavo elemento:

¹ Secção baseada em Mearman, A. (7 March, 2005). Dow's treatment of dualism. Cambridge Journal of Economics. P. 619-634 obtido a 14 de Outubro de 2006 09 horas em www.cje.oxfordjournals.org , traduzido.

- O significado de ambos termos é independente, nenhum dos termos deriva seu significado doutro, nem deve uma entidade ser parcialmente constituída por outra.

A partir desta definição têm-se que, dualismo financeiro é a existência de dois modos de financiamento distintos, o formal e o informal, sem nenhuma relação entre ambos. O nível de formalidade é homogéneo, quer dizer, é indiferente obter empréstimo de um banco, relativamente a um micro-banco, como também é indiferente obter empréstimo de uma ONG ou de um vizinho.

Mearman rejeita esta acepção, pois argumenta que existe uma relação entre as categorias, introduzindo o conceito de polaridade e cita:

Blackburn define conceitos polares como aqueles “que ganham sua identidade parcialmente através do seu contraste com outro: parecer/ser, luz/escuridão, físico/mental, individual/social, masculino/feminino, são possíveis exemplos”... Brown dá os exemplos de “senhorio/inquilino, marido/mulher, e salário de trabalho/capital”, e escreve “é impossível agarrar adequadamente um pólo deste tipo de relações sem agarrar o outro pólo adequadamente”.

Analisando as críticas de Mearman, pode-se concluir que os modos, formal e informal, relacionam-se um com o outro e que os níveis de formalidade existem. Com efeito, os níveis de organização das instituições são diferentes.

De igual modo pode-se concluir que cada um dos modos de financiamento, formal e informal, derivam sua existência um do outro, portanto, se existe o informal é porque existe o formal e vice-versa.

Para o presente trabalho, o nível de formalidade não é debatido, ter-se-ão como fazendo parte do sector financeiro formal, todas as instituições financeiras legalmente autorizadas para o exercício de crédito e outros serviços financeiros, conforme estabelecido na lei. As instituições que fazem parte do sector informal são aquelas que não estão legalmente habilitadas à prática de crédito pela entidade competente, neste caso o Banco de Moçambique.

Portanto, os dois sectores, formal e informal, coexistem e são mutuamente dependentes, pois os produtos disponíveis no informal podem ter como proveniência o formal, sendo-lhes adicionadas características que os tornem propícios para o sector informal, gerando-se um fluxo entre ambos sectores.

2.2 Enquadramento Histórico

Neste capítulo, não meramente descritivo, analisam-se as implicações que as medidas financeiras tomadas tiveram no desempenho da estrutura produtiva da economia desde a independência até sensivelmente o período do primeiro programa quinquenal do governo, tendo como pano de fundo a produção do campesinato. Começa-se com a estrutura global da produção agrícola no fim do período colonial.

2.2.1 Estrutura global da produção agrícola no fim do período colonial

A estrutura global da produção agrícola no fim do período colonial dá a importância que cada sector tem na produção agrícola, pelo quadro abaixo pode-se analisar a contribuição do campesinato.

Tabela 1: Estrutura global da produção agrícola no fim do período colonial

Produção Agrícola Total	100%
Produção de Subsistência	55%
Produção Comercializada	45%
Produção camponesa comercializada	15%
Produção de Plantações	15%
Prod. Das machambas Colonos/Latifúndios	15%

Fonte: Wuyts 1981:18

Do total da produção agrícola, 55% é de subsistência, um terço da produção comercializada é camponesa, pode-se concluir que 70% da produção agrícola é produção directa dos camponeses, os mesmos camponeses eram empregados nas machambas dos colonos e nas plantações.

Como consequência da independência nacional, muitos colonos deixaram o país, afectando negativamente a economia nacional, pois para além de serem o sustentáculo da máquina governativa colonial, eram os que dirigiam as empresas, dominavam a rede comercial, o que provocou uma queda geral da produção.

“Para impedir a paralisação da produção, do desemprego por causa da bancarrota financeira das empresas foi então necessário que os bancos do Estado financiassem os défices das empresas através do crédito bancário que de facto, se tornou num subsídio de produção” (Wuyts, s.d.:23).

A nova política económica implicou a criação do Banco de Moçambique (BM) pelo decreto nº 2/75 de 17 de Maio de 1975, como uma empresa pública, em substituição do então Banco emissor, o Banco Nacional Ultramarino (BNU), cujas funções se descrevem em anexo nº 1.

“ A criação do BM implicava a ruptura completa com a integração de Moçambique na zona monetária do Escudo Português, e, portanto, estabeleceu a base duma política monetária independente e uma gestão de divisas em função das necessidades de Moçambique ” (Wuyts, s.d.:25).

2.2.2 O processo de reestruturação do sistema financeiro

A partir da criação do BM e de mudanças de políticas económicas, o crédito bancário passou a ser concedido mediante outros critérios, subjacentes à economia centralizada.

“Na organização duma economia socialista, o crédito bancário não responde aos mecanismos de mercados de capitais e de dinheiro, mas pelo contrário, avança recursos financeiros em conformidade com as exigências do plano” (Wuyts, s.d.:27).

O mesmo autor, realçando as características de política económica do Socialismo comparadas com as de economias capitalistas sustenta,

“A planificação da economia nacional exige: a compatibilização dos fluxos monetários com os fluxos materiais, quer dizer, a planificação da colocação dos recursos financeiros tem que permitir a

distribuição dos recursos humanos e materiais conforme foi determinado no plano, sendo a única garantia a própria produção” (Wuyts, s.d.:30).

Esta nova política adoptada implicou a mudança no sistema bancário.

A Casa Bancária, o Banco de Crédito Comercial e Industrial (BCCI), o Banco Comercial de Angola (BCA) são nacionalizados a partir de 1 de Janeiro de 1978 e integrados no BM. O Banco do Fomento Nacional (BFN) e o Banco Pinto-Soto Mayor (BPSM) cessam as actividades, o Instituto de Crédito de Moçambique (ICM) e o Montepio são extintos e integrados no Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) criado pela lei 6/77 de 31 de Dezembro aprovada pela Comissão Permanente da Assembleia Popular com capital inteiramente subscrito pelo Estado, o Banco Standard Totta de Moçambique (BSTM) permanece privado, portanto, o BM ficou como Banco Central e Banco Emissor e Banco Comercial, o BPD funcionou como Banco de captação de poupança e Banco de Desenvolvimento (financiamento de Agricultura, Industria, Habitação), e o BSTM ficou como único Banco Comercial Privado (Wuyts, s.d.:28, 29).

Portanto, o processo de acumulação na economia ficou centrado no Estado. A política económica seguida era criar um sector estatal dominante onde quase a totalidade do investimento era dirigido ao sector estatal, sendo o sector que apoiaria as populações agrupadas em cooperativas, ficando o sector familiar praticamente negligenciado.

Analisando as políticas de crédito tiram-se algumas ilações: “Ao BPD, cabe impulsionar o desenvolvimento económico e social do país através da concessão de créditos para apoiar os projectos de desenvolvimento definidos como prioritários pelo Partido e Estado, entre as aldeias comunais e cooperativas” (BPD, s.d.:1).

Esta política de crédito, segundo a mesma fonte, tinha como um dos princípios: “O crédito destina-se fundamentalmente ao desenvolvimento e consolidação da base material das aldeias comunais e cooperativas para o que terá uma canalização prioritária para os sectores imediatamente produtivos” (BPD, s.d.:2).

Confirma-se que o crédito era alocado segundo planos materiais. Torna-se necessário analisar se esta política de crédito alcançou os resultados pretendidos, que basicamente se consubstanciam num aumento sustentado da produção.

Segundo Ministério das Finanças (1978:47), “O sector cooperativista tem crescido rapidamente desde a independência, porém, desenvolveu-se primariamente através do cultivo de terras abandonadas e não pela transformação da agricultura do sector tradicional familiar em agricultura colectiva”.

2.2.3 Fontes de crédito a produção e investimento

O relatório do Ministério das Finanças identificou como fontes de crédito à produção e investimento:

“O BPD que concede crédito a todos os sectores da produção agrícola, excluindo o sector familiar, e os produtores estatais de determinadas culturas que dizem respeito ao Banco de Moçambique, sendo os empréstimos concedidos a curto, médio e longo prazos” (Ministério das Finanças 1978:50).

As prioridades a respeitar pelo BPD na concessão de créditos, foram estabelecidas pelo III Congresso da Frelimo, nomeadamente:

- i. Crédito Agrário
- ii. Crédito Industrial
- iii. Crédito à Habitação
- iv. Crédito ao Consumo Dirigido

Dentro do sector Agrícola, deve ser observado um outro conjunto de prioridades:

- i. Empresas Estatais
- ii. Cooperativas
- iii. Empresas de Economia Mista
- iv. Sector Familiar
- v. Sector Privado

Analisando os montantes de crédito agrário autorizados pelo BPD em 1977, temos o seguinte panorama:

Tabela 2: Montantes de crédito agrário autorizados pelo BPD em 1977

	No de Operações	1 000 Meticais	%
Empresas Estatais	67	1 486 038	84.3
Cooperativas	75	137 906	7.8
Sociedades Regulares	102	62 169	3.6
Sector Privado	1 698	76 226	4.3
Total	1 942	1 762 339	100

Fonte: Ministério das Finanças 1978: 52

Conclui-se que não foi concedido crédito ao sector familiar. O relatório realça que o BPD não concedeu nenhum crédito à comercialização. O Banco de Moçambique é o principal fornecedor de crédito para a comercialização. As famílias, que eram os maiores contribuintes na produção agrícola na economia colonial, foram praticamente postas de parte como beneficiárias do crédito.

Com efeito, a estratégia adoptada não surtiu os resultados esperados, pois o sector estatal não conseguiu cumprir com a sua função, propiciando o surgimento do sector paralelo, parte da actividade económica de um país que não aparece nas estatísticas se bem que envolva a produção de bens e serviços, pois aos preços oficiais os alimentos eram escassos.

“Os preços desincentivavam a produção e comercialização nos circuitos oficiais e desfavoreciam a acumulação por parte do campesinato. A comercialização feita no mercado paralelo enriquecia, sobretudo, os comerciantes e transportadores, por causa do controlo que mantinham sobre os circuitos de comercialização” (Castel-Branco 1995:623).

Portanto, a acumulação fora do Estado favoreceu o sector financeiro informal, que face à crescente procura por crédito levou à prática de juros elevados, acima dos praticados no sector formal, pois, neste os juros eram mantidos artificialmente baixos, o que levava à escassez do crédito, sendo a sua procura, superior a oferta.

A forma de organização da economia não propiciou a acumulação por parte das famílias camponesas, pois a agricultura familiar ficou mais prejudicada, sendo a que mais contribuiu na produção agrícola no fim do período colonial. Por exemplo, 21 e 23% das exportações eram do algodão e do caju, a quota-parte dos camponeses era de 67 e 90% respectivamente (Wuyts 1981:19).

A secundarização do sector familiar afectou tanto a segurança alimentar como a balança comercial, pois pela falta de produtos alimentares produzidos pelos camponeses, recorreu-se à sua importação, gastando-se as reservas em bens de consumo e não em bens de investimento, o que teve impacto negativo no crescimento da capacidade produtiva da economia.

2.2.4 ² Liberalização do sistema financeiro

A liberalização do sistema financeiro resulta da filiação de Moçambique em 1984 ao Banco Mundial (BIRD) e Fundo Monetário internacional (FMI), na perspectiva de receber apoios financeiros para revitalizar a economia.

“Em Janeiro de 1987, o governo moçambicano apresentou o conteúdo do Programa de Reabilitação Económica (PRE) que tencionava implementar. No mesmo ano, o governo chegou a acordo com o Banco Mundial e o FMI sobre a forma final do programa” (Abrahamsson; Nilsson 1992:49).

Em 1992 seguindo as políticas de liberalização da economia, são produzidas leis que visam a constituição e funcionamento de instituições de crédito, caso da Lei nº 28/91 que estabelece o quadro normativo em que se rege a constituição e funcionamento das instituições de crédito em Moçambique, por exemplo o Artigo 11 nos pontos 1, 2 e 3 diz:

1. A constituição de bancos comerciais, de instituições especiais de crédito e de instituições auxiliares de crédito na República de Moçambique, depende de autorização do Conselho de Ministros, precedida de parecer do Banco de Moçambique.

² Secção baseada na consulta do site do banco de Moçambique www.bancomoc.mz . 07 de Outubro de 2006 9-10 horas.

2. A constituição de instituições de crédito sob a forma de empresas públicas é determinada pelo Conselho de Ministros.

3. A autorização da constituição referida nos números anteriores é concedida por meio de Decreto.

É produzida a Lei nº1/92 que define a natureza, objectivos e funções do Banco de Moçambique, cujo extrato se encontra em anexo nº 2, desempenhando em exclusivo a função de Banco Central.

O Decreto nº 3/92 cria o Banco Comercial de Moçambique SARL, portanto, as funções de banco comercial, saem da alçada do BM.

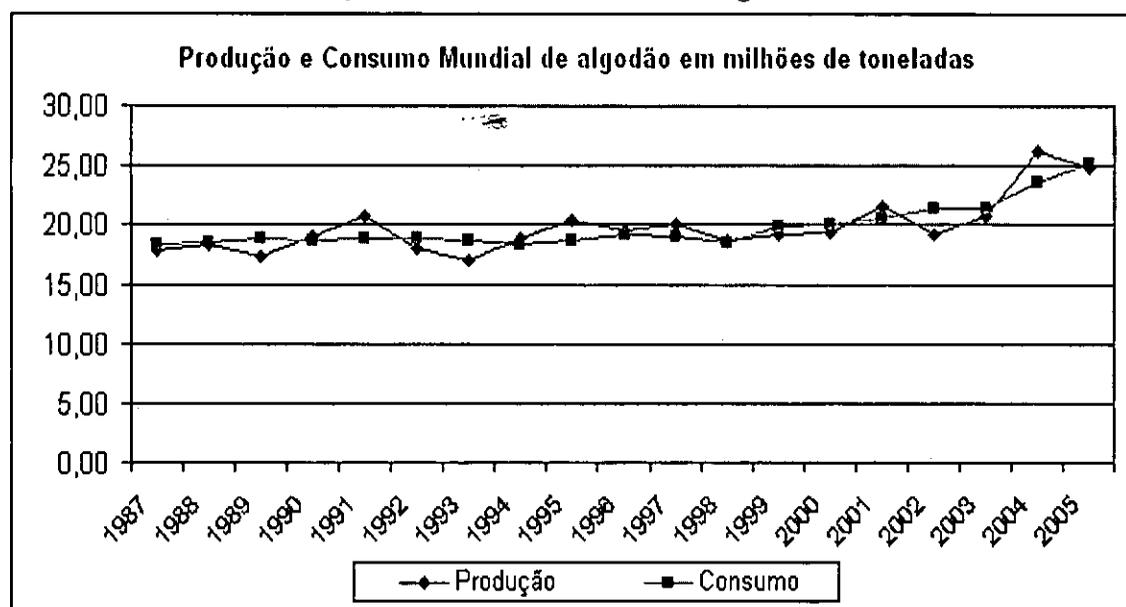
Actualmente funcionam no país nove Bancos Comerciais, todos com sede em Maputo, 1 Banco de Investimentos com sede em Maputo, 3 Bancos de Microfinanças com sede em Maputo, 5 Cooperativas de crédito, 4 com sede em Maputo, e uma em Angónia, uma sociedade de Investimento com sede em Maputo, das 20 entidades habilitadas ao exercício de crédito, somente duas tem sede fora de Maputo, em Pemba, e Quelimane

Após este enquadramento, analisa-se como o subsector do algodão se encontra organizado com vista a alcançar uma produtividade e produção crescentes. Sendo cultura destinada praticamente para a exportação visiona-se a seguir o mercado mundial.

3. A produção e consumo mundial do algodão

O mercado mundial do algodão mostra uma tendência estável, propiciando investimentos de médio e longo prazos por parte dos intervenientes no negócio do algodão, como demonstra o seguinte gráfico.

Gráfico 1: Produção e consumo mundial do algodão



Fonte: Elaborado a partir de dados de National Cotton Council of América³

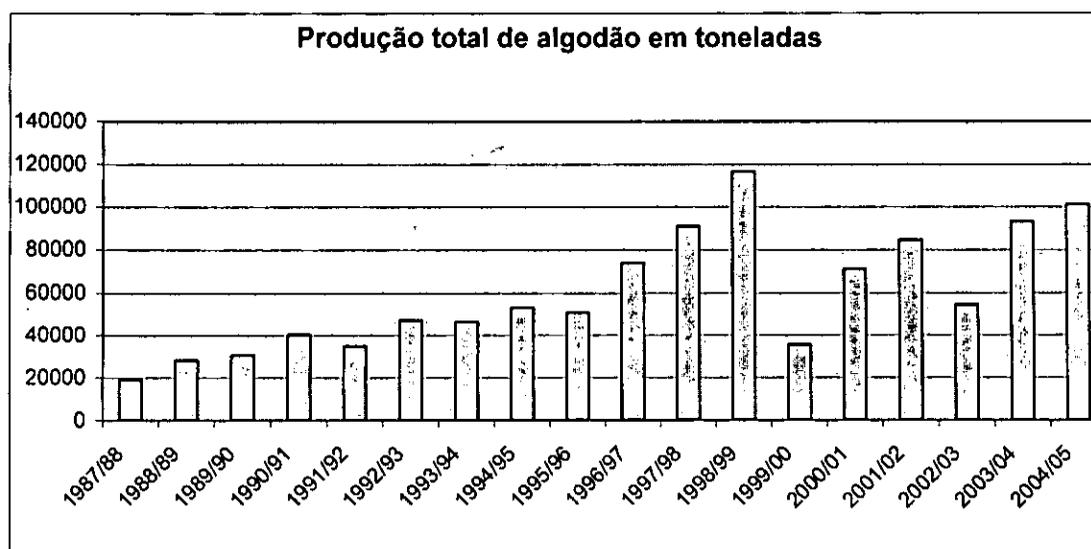
Nota-se uma tendência crescente do consumo do algodão pela indústria transformadora mundial o que denota a crescente capacidade de absorção do algodão produzido. Este é um facto indicador para o aumento de produção nos países produtores uma vez que existe um mercado internacional estável, a seguir analisa-se a situação em Moçambique.

3.1 Tendência da produção do algodão nacional

A tendência do output é um dos indicadores a tomar em consideração, para verificar o sucesso de uma dada estratégia de desenvolvimento. Moçambique adoptou em 1990 o modelo concessionário para garantir a integração vertical do subsector, com resultados descritos no gráfico a seguir:

³ www.cotton.org/econ/cropinfo/cropdata/summary.cfm. 23 de Novembro de 2006. 14:20h

Gráfico 2: Produção do algodão nacional em toneladas



Fonte: Elaborado a partir de dados do IAM

Pelo gráfico, assinala-se um crescimento de output desde a aplicação do modelo concessionário para garantir uma integração vertical no subsector em 1990, porém registam-se quedas bruscas na produção por exemplo nas campanhas de 1999/00 e 2002/03.

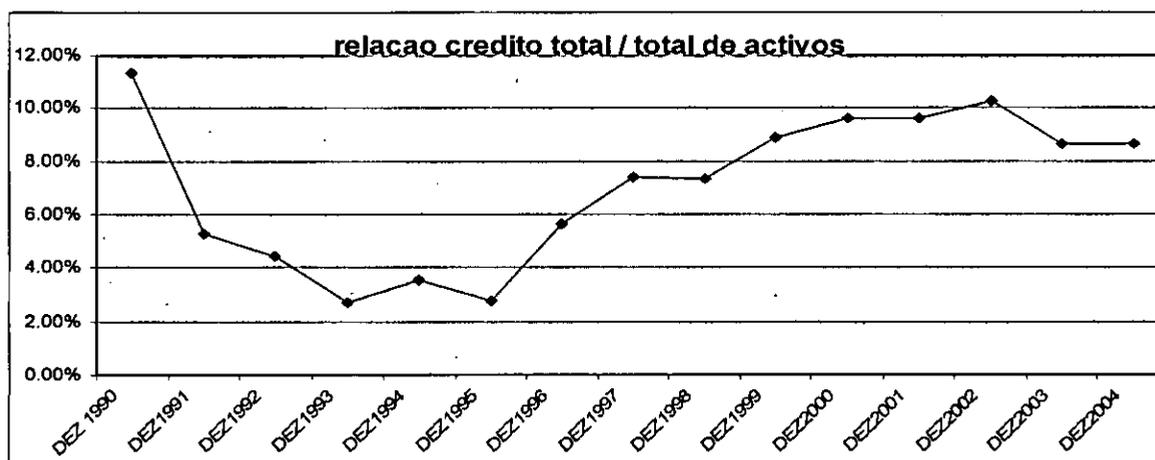
Torna-se, necessário analisar os motivos que poderão estar por detrás deste comportamento, uma vez que o consumo mundial mostra uma tendência crescente.

Compreender a estrutura do sector financeiro e a dinâmica do financiamento na economia nacional possibilitará um enquadramento que nos permitirá analisar os possíveis constrangimentos no subsector do algodão.

4. Estrutura do sector financeiro

A relação crédito total e o total de activos do sistema financeiro formal: Banco de Moçambique, Bancos Comerciais e Cooperativas de Crédito, mostra o seguinte panorama ao longo do tempo:

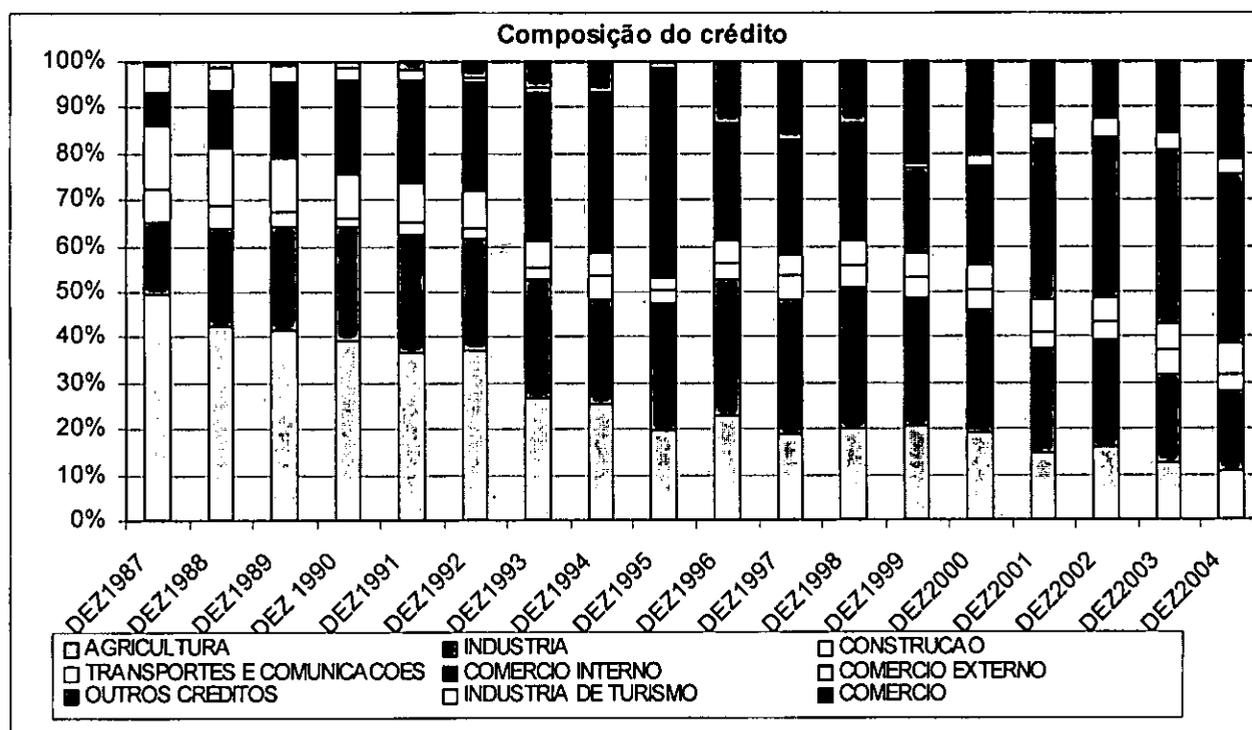
Gráfico 3: Relação crédito total e total dos activos



Fonte: Elaborado a partir de boletins estatísticos do BM

O crédito total, não chega a atingir 12% do total do activo, o que indica a pouca preferência pelo crédito na carteira de activos do sistema financeiro, indo para a estrutura do crédito *per si* têm-se o seguinte:

Gráfico 4: Composição do crédito

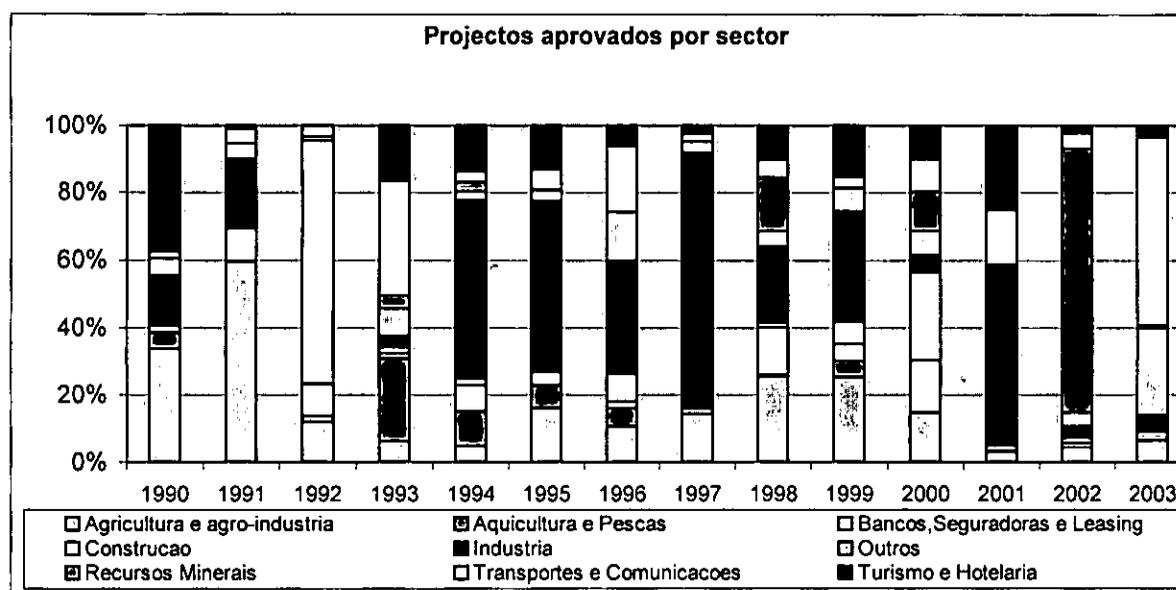


Fonte: Elaborado a partir de boletins estatísticos do BM

A partir de 1987, ano de implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), depois acrescida da componente social designando-se (PRES), o crédito para agricultura caiu, dos aproximadamente 50% do total do crédito para cerca de 10% em 2004, em contrapartida a rubrica outros créditos, que designa basicamente o crédito para o consumo, tem sido a partir do ano 2001 a que mais crédito regista, o que realça o carácter consumista da nossa economia em detrimento do carácter produtivo.

Verificando os projectos submetidos e aprovados pelo Centro de Promoção de Investimento (CPI), teremos uma visão acrescida da tendência do investimento.

Gráfico 5: Projectos aprovados por sector



Fonte: Elaborado a partir de dados do CPI

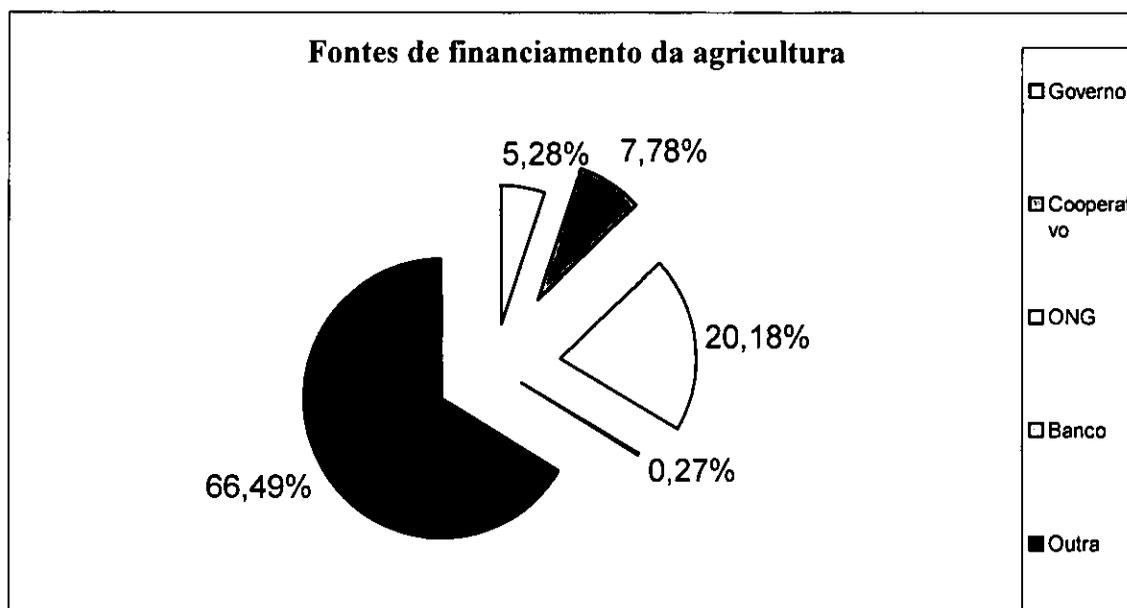
De um máximo de 60% do total de investimento aprovado que se destinou a agricultura e agro-indústria em 1991, a percentagem tem decrescido, sendo de cerca de 5% em 2003, o que mostra uma dimensão clara da tendência dos investimentos direccionados a agricultura e agro-indústria.

A partir do cenário acima exposto, importa analisar como é feito o financiamento da agricultura, pois os canais formais não estão direccionados a este sector.

4.1 Fontes de financiamento da Agricultura

A partir dos dados do censo de 2000 obteve-se o seguinte quadro.

Gráfico 6: Fontes de financiamento da Agricultura



Fonte: Elaborado a partir de dados do censo agro-pecuário 2000

A maior fonte de financiamento, 66.49%, depende de factores intrínsecos da própria organização do campesinato, basicamente capitais próprios, que regra geral é baixo, não possui recursos adicionais para um investimento satisfatório, o que expõe o carácter dual do nosso sistema financeiro. Os bancos ocupam um papel marginal neste processo, sendo as ONG a segunda fonte mais importante de financiamento.

Com efeito, o sector formal, bancos e cooperativas de crédito cobrem parte insignificante das necessidades do crédito para agricultura, sendo a maioria coberta pelas ONG e sistemas de financiamento criados pelo camponês, o que determina que a nossa agricultura seja basicamente de subsistência, sem meios adequados para lançamento da produção em grande escala e daí beneficiar-se de economias de escala.

Mantendo-se esta forma de financiamento, a economia rural estará condenada à subsistência pois as ligações à montante que se estabelecem entre produtores agrícolas e fornecedores de insumos, como empresas do ramo siderúrgico, tais como ferreiros, estarão limitadas pois a sua magnitude é tanto maior quanto maior for o uso de mão-de-obra intensiva, o mesmo raciocínio aplica-se às ligações a jusante, que se estabelecem entre as actividades agrícolas e as não agrícolas que usam a produção agrícola para vários fins, sendo o processamento agro-industrial mais importante pela criação de valor adicional maior.

Estes tipos de ligações condicionam as ligações de rendimento e consumo que no campo manifestam-se mais pela compra de produtos de primeira necessidade, pois à medida que o rendimento aumenta a procura de produtos agro-industriais aumenta, o que fortalece as ligações de crescimento.

Tendo a esmagadora parte dos moçambicanos o seu sustento na agricultura, para que a economia rural se desenvolva é necessário potenciar o investimento rural.

“A transformação e desenvolvimento do campesinato requer recursos adicionais dada a limitada poupança disponível neste sector. Portanto, se os meios de investimento da economia forem esgotados na modernização e expansão do sector empresarial, o camponês não só perderá oportunidades de emprego e de rendimento, mas não poderá beneficiar de recursos sociais para realizar o investimento mínimo para o seu desenvolvimento e transformação”. (Castel-Branco 1995:590).

Portanto, para se reduzir os níveis elevados tanto da incidência da pobreza, que é a proporção de pessoas cujo consumo per capita está abaixo da linha de pobreza, como a sua profundidade, definida como a distância média percentual entre o consumo e a linha de pobreza, considerando só famílias que estão posicionadas abaixo da linha de pobreza, há que melhorar os níveis de mecanização.

Dados do censo agro-pecuário de 2000 indicam que em termos de níveis de mecanização, cerca de 28.5% explorações usam instrumentos manuais, 59.4% explorações usam charruas com tracção animal e somente 12,1% usam charruas para tractor, portanto as actividades rurais são mais de subsistência que de geração de rendimento.

Tendo em vista as formas e fontes de financiamento, importa verificar o papel das microfinanças e outras formas informais no financiamento rural para saber até que ponto são uma solução sustentável para superar o problema do dualismo financeiro.

4.2 Problemática das finanças rurais

O crédito formal não é predominante nas zonas rurais, o que leva a questionar o papel que as microfinanças tem na criação de empreendimentos rurais, significando o termo microfinanças o uso de uma variedade de serviços financeiros para os pobres, incluindo crédito, poupança, seguro, e transferência de dinheiro.

Recorrendo ao quadro comparativo em anexo nº 3, pode-se ter uma ideia dos potenciais beneficiários destes serviços.

Pelo quadro, o grosso dos beneficiários são os muito pobres e os moderadamente pobres, em suma os desfavorecidos, todavia verifica-se que os indigentes não se beneficiam destes serviços por estarem altamente concentrados na satisfação de necessidades mais básicas, portanto as microfinanças não são a solução para reduzir a pobreza, sendo o papel do governo na criação de condições básicas de infraestruturas de saúde, educação, insubstituível.

Visto o lado dos beneficiários das microfinanças entra-se no lado dos fornecedores dos mesmos serviços.

A nível micro, os provedores de serviços financeiros vão desde o formal ao informal. O seu nível de formalidade depende da sofisticação da sua estrutura organizativa e governação. Provedores altamente informais têm uma organização muito simples, se existir, e não são supervisionados por entidades governamentais. Do lado externo do informal existem os emprestadores do dinheiro, clubes comunitários de poupança, colectores de depósitos, e provedores de imputes para agricultura, comércio, e processadores. Os bancos públicos e privados são os mais formais. No meio existem as organizações não governamentais (ONG), instituições financeiras não bancárias, e instituições pertencentes a membros... [sendo] os

provedores individuais informais, os emprestadores de dinheiro, comerciantes, processadores, colectores de depósitos, fornecedor de imputes (Helms 2006:35 traduzido).

As ONG tem se ocupado desta porção da população que não beneficia dos serviços formais, como aliás se pode comprovar a partir dos dados do censo de 2000.

Além das ONG, existem formas de financiamento a nível local onde os membros formam por exemplo cooperativas de crédito, de poupança onde os contribuintes e beneficiários são os próprios membros, ou socorrendo-se de empréstimos a familiares, percebendo-se portanto a larga percentagem do crédito concedido proveniente de mecanismos não formais, que são a maior fonte de financiamento superando até as ONG, vide o gráfico sobre fontes de crédito.

Será que a criação de um banco de desenvolvimento é uma das estratégias que pode ser seguida, com vista a facilitar a concessão de crédito para actividades rurais?

4.2.1 Criação do Banco de Desenvolvimento Rural

A criação de um banco de desenvolvimento rural, pode ser uma opção para financiar actividades com as características das rurais, onde o alto risco é dos factores mais salientes, todavia tem constrangimentos, “um legado de empréstimos subsidiados é sempre capturado por elites, fraco reembolso de dívidas, dependência por grandes subsídios, dominação política, e falta de responsabilidade na procura de clientes pobres” (Helms 2006:49 traduzido).

O papel do governo pode ir além da formação do banco de desenvolvimento, criando legislação que facilite não só a inserção das instituições microfinanceiras nas zonas rurais, como também a participação dos bancos, mesmo através da criação por eles próprios de subsectores de microfinanças, de modo a que o sistema de financiamento rural seja inclusivo.

Conhecer a organização do subsector do algodão é o próximo passo para entender como se adequa ao panorama nacional e internacional desta cultura.

5. ⁴Política do algodão

A política do algodão em Moçambique, aplicada desde 1990, baseia-se no sistema concessionário, que se caracteriza pelo direito de exclusividade na compra da cultura de rendimento na área concessionada.

Em troca pelos seus direitos de compra monopsónica do algodão, os concessionários concordam em providenciar com inputs fidedignos e serviços de extensão para as culturas do algodão e culturas comestíveis e comprar o algodão caroço aos produtores e aos pequenos produtores nas suas respectivas áreas de influência a preços oficiais. Estas firmas também concordam em investir na reabilitação de descaroçadores do algodão e na rede de estradas rurais. Este modelo de desenvolvimento do subsector oferece um atractivo caminho para garantir a coordenação vertical de oferta de inputs e canais de mercado (TechnoServe 1998:4 traduzido).

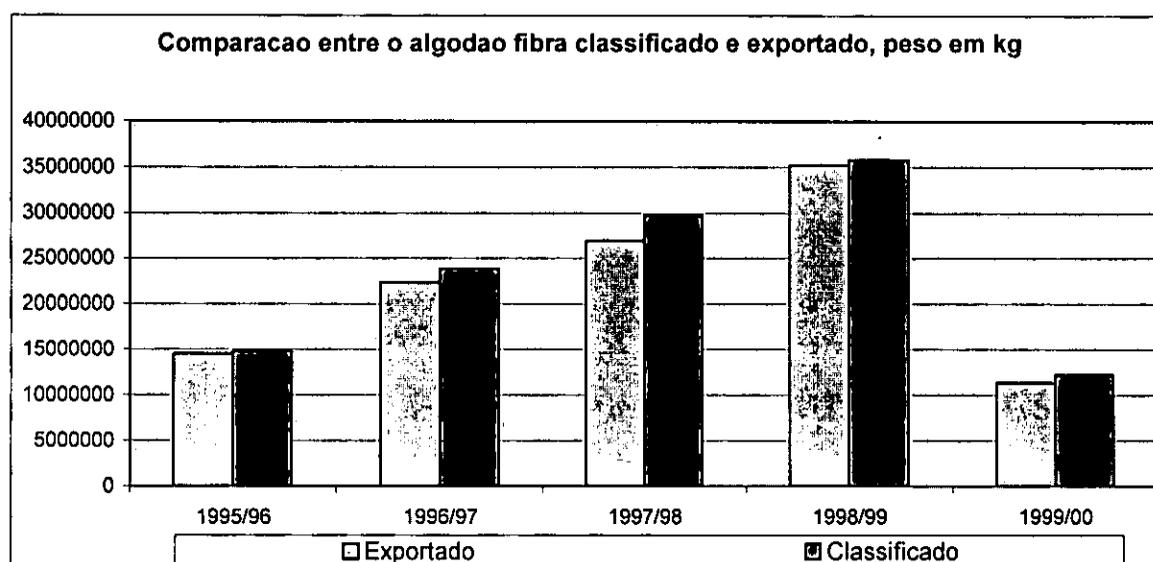
Embora com registos de aumentos na quantidade produzida do algodão, a indústria têxtil nacional encontra-se praticamente paralisada, sendo exportada praticamente toda a produção.

5.1 A indústria têxtil em Moçambique

A indústria têxtil em Moçambique está em colapso geral, portanto o algodão localmente produzido destina-se principalmente à exportação. O gráfico abaixo mostra a comparação do algodão fibra classificado com o exportado, verificando-se que quase a totalidade do algodão fibra classificado é exportado.

⁴ Secção baseada no relatório final produzido para o Instituto de Algodão de Moçambique

Gráfico 7: Comparação entre o algodão fibra classificado e exportado



Fonte: Elaborado a partir de dados do IAM

5.2 O financiamento das concessionárias

As concessionárias são grandes companhias que garantem o financiamento por inputs a famílias para a produção do algodão, pela sua dimensão dificilmente procurariam financiamento ao sector informal devido às elevadas somas com que funcionam.

Alguns bancos têm financiado o sector do algodão, como o Banco Comercial e de Investimento (BCI Fomento), o Standard Bank. No entanto os custos a suportar pelas concessionárias é elevado e maior relativamente ao financiamento a outras actividades, isto pelo elevado risco no sector agrícola.

A dificuldade de financiamento representa um constrangimento relevante para a competitividade do sector algodoeiro de Moçambique num mundo cada vez mais globalizado. A banca apresenta ainda, com legitimidade, razões para ser cautelosa na abordagem ao sector agroindustrial. Consequentemente, o financiamento bancário é difícil e bastante oneroso. Nesta conjuntura torna-se difícil atingir os níveis de eficiência e competitividade que permitam uma capitalização adequada da empresa. (Entrevista com Francisco Ferreira dos Santos, Presidente da Comissão Executiva do Grupo João Ferreira dos Santos, 07 de Abril de 2007).

Maior acumulação de capital permitiria à companhia renovar a maquinaria de descaroçamento o que elevaria a produtividade, como também a compra de melhores inputs, por exemplo, sementes melhoradas, o que permitiria o aumento da produtividade por parte das famílias produtoras.

O Grupo João Ferreira dos Santos (J.F.S), tem uma estratégia diferente quanto à busca do financiamento, pois trabalha no mercado futuro, (onde os contratos negociados representam um compromisso de compra ou de venda para uma data futura previamente estabelecida).

A J.F.S trabalha em parceria com a Cargill, uma companhia de renome no mercado internacional do algodão. Portanto, a J.F.S projecta os níveis de produção do algodão e assina um contrato futuro com a Cargill, e esta disponibiliza o pagamento da quantidade estimada pela J.F.S. Quando chega a época da colheita, a Cargill vende a produção às companhias transformadoras, podendo mesmo vender o contrato antes da colheita, na altura da assinatura do contrato de compra com a J.F.S (Francisco Ferreira dos Santos, 07 de Abril de 2007).

Portanto, este mecanismo, para além de garantir o devido financiamento, minimiza o risco das eventuais variações no preço do algodão no mercado internacional, para ambos intervenientes, vendedores e compradores.

5.3 Classificação dos operadores

Os operadores envolvidos no subsector do algodão enquadram-se em seis grupos ou classes:

i. Sector familiar

Compreende operadores membros de famílias que cultivam algodão em terras de uma empresa concessionária sob responsabilidade desta e do IAM.

ii. Produtores não-autónomos

Compreende operadores que tenham falta de fundos e conhecimentos técnicos. Cultivam algodão dentro ou fora da concessão, não são assistidos pela concessionária ou pelo IAM.

iii. *Produtores autónomos*

Compreende operadores com recursos de capital satisfatórios. Parte-se de princípio de que cultivam pelo menos 20ha. São autorizados a comercializar o seu algodão caroço ou fibra.

iv. *Concessionários*

Estes operadores possuem fábricas de descaroçamento, assinaram com o governo para proporcionar serviços de extensão a camponeses e outros agricultores interessados na produção do algodão. Os concessionários têm direito de comprar todo o algodão caroço na zona sob sua jurisdição, bem como de comercializar o algodão fibra.

Ver em anexo nº 3 as empresas concessionárias e os descaroçadores presentemente no activo.

v. *Descaroçadores*

Estes operadores possuem uma fábrica de descaroçamento, não assinaram o acordo de desenvolvimento com o Governo e não beneficiam de nenhuma concessão.

vi. *Comerciantes de Fibra*

Este grupo de operadores está envolvido principalmente em transacção da fibra. É necessário que tenham a aprovação do IAM para a sua actividade.

Associação de produtores

Esta classe de operadores não está mencionada no regulamento de 1991 porque não existiam associações naquela altura.

Os operadores das classes iv e v

Este sector inclui as *Joint Ventures (JVs)*, companhias de capital misto, e algumas proprietárias de fábricas de descaroçamento (cf§171)

É importante considerar que na classe (i), famílias reunidas em associações tem maior capacidade de negociação, o que também facilita a obtenção de inputs com melhor qualidade e dentro do tempo

previsto, por ser um grupo facilmente localizável, não disperso, gozando de um bónus de 10% acima do preço mínimo pan-territorial na venda às concessões.

Portanto as famílias dispersas produzindo algodão dentro das concessões não só correm o risco de receber os inputs com baixa qualidade, fora do tempo útil, como podem não os receber.

Associação algodoeira de Moçambique (AAM)

A AAM foi criada em 1998 pelo principal operador no subsector do algodão. Os principais objectivos da associação são:

- Promover, apoiar os interesses do subsector do algodão, encorajar a formação profissional, e investigação;
- Representar os seus membros em Moçambique e no estrangeiro;
- Cooperar com entidades governamentais na definição de políticas para o desenvolvimento do subsector do algodão.

5.4 Instituto de Algodão de Moçambique (IAM)

O IAM foi criado em 1991 (decreto nº 7/91 de 23 de Abril de 1991). É um organismo legalmente constituído, dotado de autonomia administrativa e financeira. O IAM está subordinado ao Ministério da Agricultura. O diploma nº 77/2001 clarifica o seu papel e a sua organização, os objectivos estão descritos em anexo nº 4.

O IAM estabelecerá um conselho geral constituído pelo Director Geral do IAM e outros membros que representam o Ministério da Agricultura e representantes de empresas de descaroçamento.

Com este papel o IAM tenta garantir que todos pequenos produtores de uma dada área de uma concessão tenham razoável acesso a inputs e serviços de extensão, pois do ponto de vista das concessões, é mais lucrativo concentrar em pequenos farmeiros cujos campos estão relativamente próximos do seu equipamento de descasque.

A principal fonte financeira do IAM provém de uma taxa aplicada à exportação do algodão fibra.

5.4.1 Mecanismos de estabelecimento de preços

O Governo de Moçambique (GOM), estabeleceu o preço mínimo pan-territorial ao produtor, para cada grau A e B de sementes do algodão, sendo o grau A de qualidade superior a B, o que se repercute no preço. Esses preços são baseados nas recomendações do IAM, e são determinados em consulta com os descaroadores e outros comerciantes interessados representados dentro da associação moçambicana do algodão (AAM).

Quer isto dizer que não lhes é permitido comprar a um preço inferior, mas que podem oferecer mais. Este mecanismo de fixação de preços, visa proteger os pequenos produtores, por prática de preços muito baixos que não compensem o esforço dispendido na produção.

Vista a organização institucional, importa analisar os constrangimentos enfrentados no mecanismo do financiamento.

5.5 Constrangimentos na recuperação do crédito por inputs

Um dos constrangimentos é o facto de haver aproveitamento da produção na área concessionada por parte dos produtores autónomos que não dependem das concessionárias na obtenção de inputs.

“Um número de produtores autónomos e outros agentes independentes emergiram recentemente comprando algodão a farmas que não apoiaram. Porque esses compradores não incorreram no custo de distribuição de inputs, estão disponíveis a oferecer um preço maior, encorajando os pequenos produtores a não cumprir com a sua obrigação de vender toda a sua produção ao concessionário. Práticas ilegais como estas, são prejudiciais a virtualmente qualquer sistema de recuperação de crédito” (TechnoServe 1998:14 traduzido).

Pode acontecer os produtores evitarem fraudulentamente o pagamento dos inputs, combinam para um deles, por exemplo, comunicar à companhia que a sua produção foi destruída, quando na verdade desviou sua produção para acrescenta-la à dos outros produtores. Também pode acontecer as brigadas

adulterarem o peso do algodão, roubando, tanto à companhia como aos camponeses, que ao descobrirem que estão sendo enganados culpabilizam a companhia, manchando a sua imagem (Francisco Ferreira dos Santos, 07 de Abril de 2007).

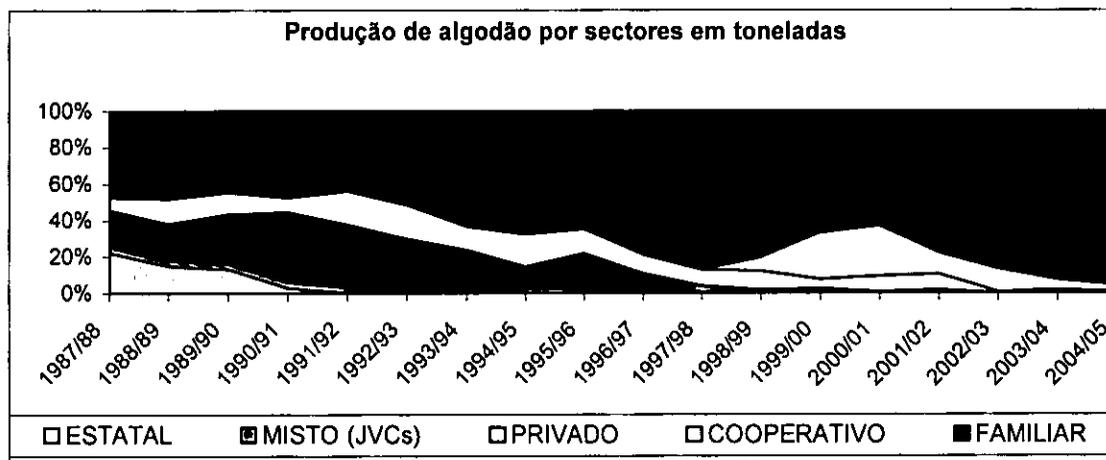
A falta de competição é um dos factores que leva a que as concessionárias não ofereçam inputs de qualidade, e a tempo, devido ao modo de organização do sistema, pois este garante à companhia direitos monopsónicos na compra do algodão na sua área de influência.

Esta disparidade de acesso aos inputs de qualidade e em tempo útil traduz-se no diferente desempenho pelos produtores. Com vista a serem traçadas estratégias consentâneas com a realidade, torna-se necessário analisar a dinâmica da produção neste subsector.

5.6 Dinâmica da produção do algodão

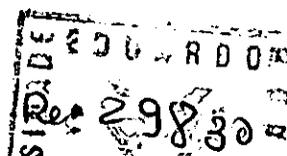
O gráfico seguinte dá-nos uma ilustração da estrutura da produção do algodão.

Gráfico 8: Produção do algodão por sectores em toneladas



Fonte: Elaborado a partir de dados do IAM

O sector familiar, constituído basicamente por camponeses é o maior produtor do algodão, e qualquer estratégia de desenvolvimento do subsector do algodão deverá potenciar os camponeses, pois, a acumulação está em desfavor do produtor beneficiando os processadores, comerciantes, o que não sustenta o desenvolvimento do subsector pela fraca evolução do camponês. A falta de outras culturas de



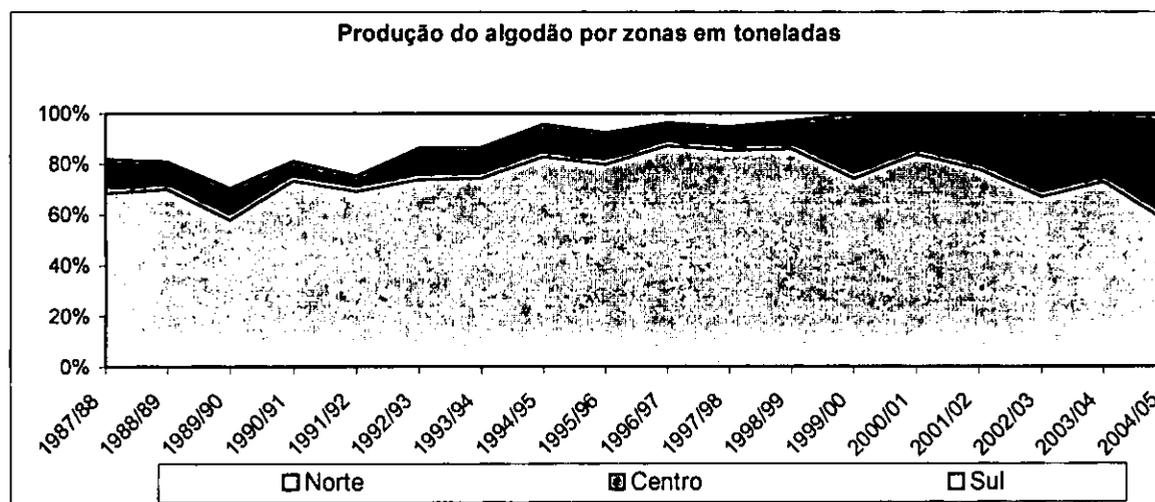
rendimento com uma certa garantia de receita é um dos factores que leva os camponeses a apostar no algodão.

Portanto, a fraca acumulação tem sido factor chave que impede o desenvolvimento do campesinato,

Uma das características a ter em consideração na estratégia de desenvolvimento deste subsector, é o facto desta cultura ser predominantemente produzida no norte do País, que leva desvantagem em relação ao sul em termos de infra-estruturas como estradas, e serviços, tais como a banca, pois estas facilidades encontram-se aglomeradas nos principais centros urbanos, principalmente em Maputo.

Pelo gráfico abaixo, constata-se que a região norte é a mais importante produtora do algodão, seguida da região centro.

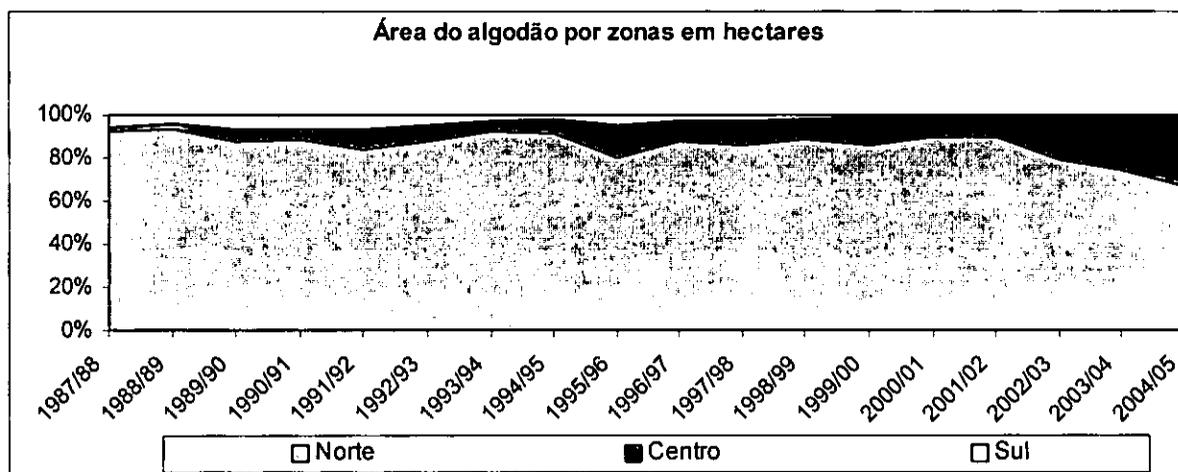
Gráfico 9: Produção do algodão por zonas em toneladas



Fonte: Elaborado a partir de dados do IAM

Relativamente à área cultivada, as conclusões são similares.

Gráfico 10: Produção do algodão por zonas em hectares

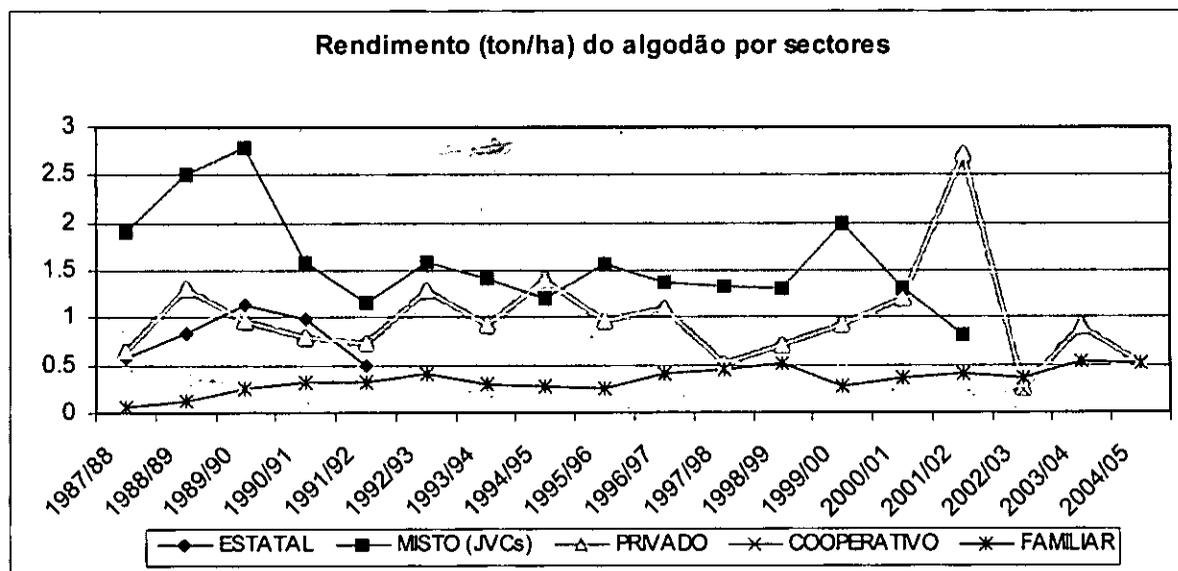


Fonte: Elaborado a partir de dados do IAM

5.7 Rendimento do algodão

A média geral do rendimento é uma sobrestimação da real, uma vez que a produção predominante é a camponesa, portanto familiar, cujo rendimento é o mais baixo, o gráfico abaixo é elucidativo:

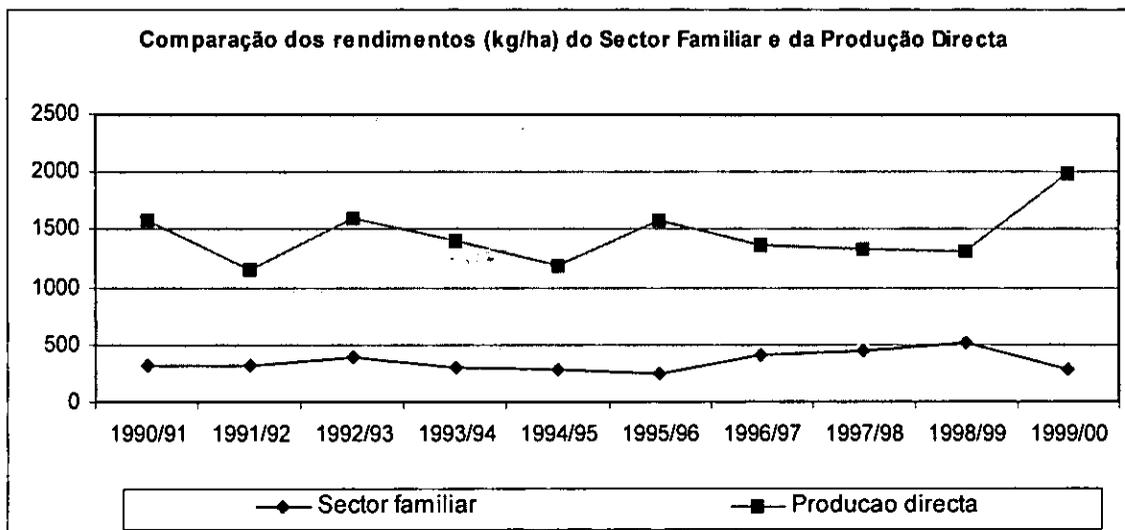
Gráfico 11: Rendimentos do algodão por sectores



Fonte: Elaborado a partir de dados do IAM

A diferença de rendimento entre a produção directa com a dos camponeses é clara:

Gráfico 12: Comparação dos rendimentos das famílias com a produção directa

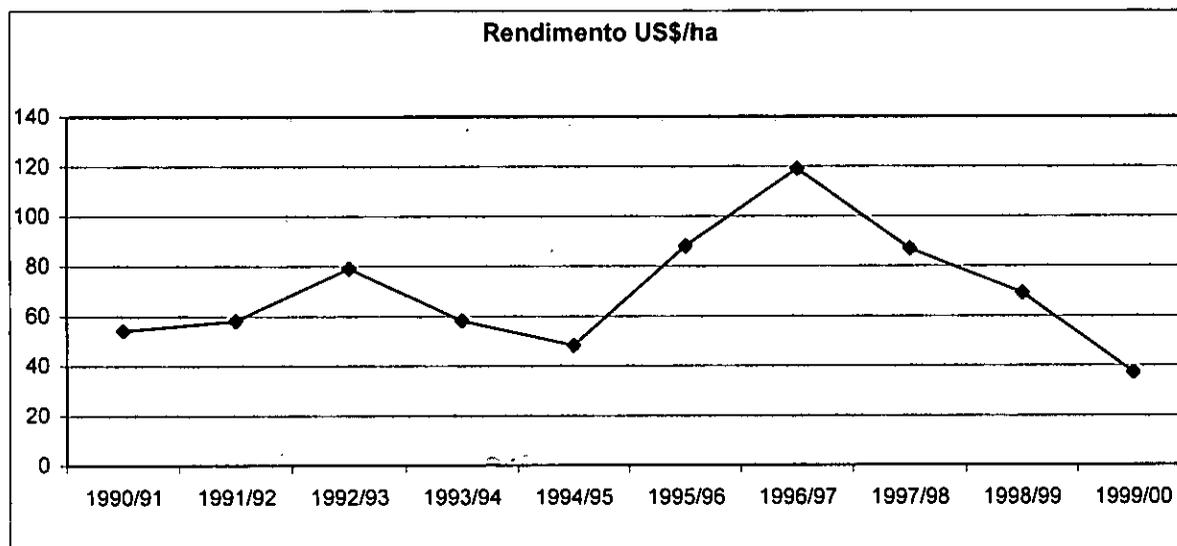


Fonte: Elaborado a partir de dados do IAM

Esta diferença é explicada pela fraca capacidade de investimento das famílias.

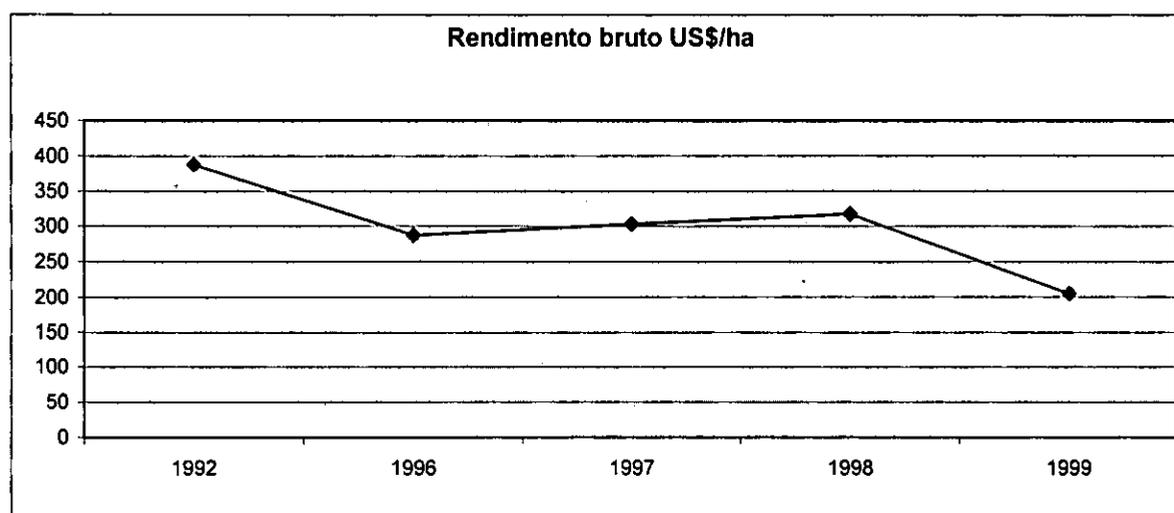
Em termos de receitas, comparando Moçambique e Mali, a diferença é elucidativa:

Gráfico 13: Evolução da receita bruta de algodão por hectare em Moçambique.



Fonte: Elaborado a partir de dados do IAM

Gráfico 14: Evolução da receita bruta de algodão por hectare no Mali



Fonte: Elaborado a partir de dados do IAM

A receita de 120 dólares por hectare, o ponto mais alto que Moçambique atingiu na campanha de 1996/96, não chega a ser o mínimo que o Mali atingiu de cerca de 200 em 1999.

Sendo ambas trajectórias decrescentes, verifica-se que o rendimento monetário de Moçambique está a baixar a uma taxa superior em relação a do Mali.

Portanto, Moçambique perde potenciais ganhos monetários no algodão, que proporcionariam uma maior acumulação e maior investimento.

A J.F.S com vista a melhorar o rendimento dos camponeses tem privilegiado a compra do algodão de primeira relativamente ao da segunda, como forma de encorajar as famílias camponesas a optarem por esta cultura. (Francisco Ferreira dos Santos, 07 de Abril de 2007).

6. Conclusões e Recomendações

O sistema formal de financiamento da economia moçambicana está fortemente inclinado em apoiar as actividades de baixo risco e com retorno rápido de capital, e a rubrica outros créditos, que basicamente representa o consumo dos particulares nas estatísticas de crédito, corrobora com este dado.

As actividades rurais, como a agricultura, dependem de sistemas de financiamento criados pelas famílias, exemplo de cooperativas, e também do financiamento proveniente das Organizações Não Governamentais, basicamente considerados de sistemas de financiamento informal.

As dificuldades na captação de financiamento dos camponeses repercutem-se no baixo uso de instrumentos modernos para a prática agrícola, o que aliado ao uso de técnicas rudimentares leva à baixa produtividade do sector, o que faz do camponês produtor de subsistência.

Este ciclo vicioso é perpetuado pelo padrão de acumulação predominante, pois os comerciantes têm maior poder de negociação em relação aos camponeses, sendo este o elo mais fraco no processo da comercialização.

As ligações à montante, jusante e as ligações de rendimento e consumo que poderiam contribuir para o emprego rural e melhorar a economia rural são fracas, facto consubstanciado pelo uso de tecnologia atrasada, e nível baixo de processamento de produtos agrícolas.

As microfinanças sendo úteis no apoio das actividades rurais, precisam do apoio em termos de legislação pertinente por parte do governo na concessão de facilidades que impliquem não só o aumento da produção por parte das actividades rurais, como também do volume de negócio, tendo também o governo o papel de incentivar os bancos a empenharem-se no financiamento rural de forma a tornar o processo cada vez mais inclusivo e sustentável, a criação de infra-estruturas básicas pelo governo é factor determinante de motivação tanto para os camponeses como privados interessados em investir no campo.

O sistema de integração vertical adoptado no subsector do algodão é uma solução para as actividades rurais uma vez que não só garante o devido financiamento, como também disponibiliza assistência técnica, para além de garantir a compra do produto, todavia este mecanismo requer uma melhor organização dos camponeses de forma a aumentar o poder de negociação, para além de que se devem adoptar mecanismos de controlo para que se garanta a recuperação do crédito por parte dos concessionários.

A adopção de mecanismos alternativos e sustentáveis de crédito à banca por parte dos privados, a exemplo do Grupo João Ferreira do Santos que negocia no mercado futuro aliado a uma companhia de renome no mercado internacional, é uma estratégia que garante uma estabilidade no negócio e capacidade de programação de investimento a médio e longo prazos.

O Instituto de Algodão de Moçambique deve ser mais interventivo pelo seu papel de coordenador do subsector de modo a que os concessionários disponibilizem os inputs de qualidade e em tempo útil, tendo uma abrangência total da área sob sua responsabilidade, pois ao ser concessionada a área, parte-se do princípio de que será totalmente coberta.

Anexo 1. Criação do Banco de Moçambique, tendo como funções:

Banco emissor

O BM tem o exclusivo e a obrigação da emissão de notas e da moeda em Moçambique;

O BM tem de controlar o volume da circulação fiduciária de tal modo que corresponda às necessidades do desenvolvimento económico do país.

Banco central

O BM será o banqueiro do Estado, orientador e controlador da política monetária e de crédito;

O BM tem responsabilidade de gestão das disponibilidades externas do país;

Como orientador da política monetária, o BM supervisa as outras instituições de crédito: impõe limitações sobre a expansão do crédito, fixa as taxas de juros a aplicar, entre outras medidas.

Banco comercial

O BM também funcionará como banco comercial aceitando depósitos, fornecendo créditos e participando no capital de empresas através da aquisição de ações.

Anexo 2. Capítulo I. Da Natureza do B.M, sede, objecto e fins

Artigo 1

1. O Banco de Moçambique, neste diploma designado por Banco é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, com a natureza de empresa pública.

Artigo 2

O Banco de Moçambique é o Banco Central da República de Moçambique.

Artigo 3

1. O Banco tem por objectivo principal a preservação do valor da moeda nacional.

2. No prosseguimento do seu objecto, o Banco visa alcançar os seguintes fins:

- i. Promover a realização de correcta política monetária;
- ii. Orientar a política de crédito com vista à promoção do crescimento e desenvolvimento económico e social do país;
- ii. Gerir disponibilidades externas de forma a manter adequado volume de meios de pagamento necessários ao comércio internacional;
- iv. Disciplinar a actividade bancária.

3. Na realização dos objectivos definidos nos números 1 e 2 do presente artigo o Banco observa as políticas do Governo.

Anexo 3. Beneficiários das microfinanças e lista das concessionárias

Beneficiários das microfinanças

	Filipinas (CARD)	Uganda (VWFT)	Bolivia (PROGRAMS)	Bangladesh (BRAC)
Indigentes	negligenciável	negligenciável	negligenciável	negligenciável
Muito pobres	alguns	poucos	quase nenhum	~ 40%
Moderadamente pobres	muitos	muitos	muitos	~ 35%
Não pobres vulneráveis	alguns	muitos	muitos	~ 25%

Fonte: Helms 2006:21 traduzido

Lista das concessionárias no activo em 2001 (com instalações de descaroçamento)

Concessionária	Província
Agri-Buzi	Sofala
Canam	Nampula
Lomaco	Cabo Delgado, Nampula
Samo	Nampula
Sodan	Cabo Delgado, Nampula
Agrime	Zambézia, Tete
Cna	Sofala, Manica
Ibramugi	Zambézia
San/JFS	Niassa, Nampula
Textáfria	Manica
Mocotex	Cabo Delgado, Zambezia
Iveragro	Inhambane
Sanam (a)	Nampula

Fonte: Instituto de algodão de Moçambique

- a) A Sanam não é uma empresa concessionária gere uma fábrica de descaroçamento.

Anexo 4. Objectivos principais do Instituto de Algodão de Moçambique:

- i. Desenvolver, dirigir, controlar as actividades relativas a produção, processamento, comercialização e exportação de algodão;
- ii. Velar pela observância dos padrões técnicos no cultivo do algodão;
- iii. Cooperar com o instituto de investigação envolvido em investigação no domínio do algodão;
- iv. Coordenar o desenvolvimento do algodão em termos de produção, comercialização e qualidade;
- v. Criar nova variedade de algodão em cooperação com outros institutos;
- vi. Classificar a qualidade do algodão fibra;
- vii. Recolher dados e cifras da produção de algodão;
- viii. Propor um preço de compra para o algodão caroço;
- ix. Elaborar e divulgar as normas de comercialização para o algodão caroço e o algodão fibra;
- x. Promover e constituir organizações de produtores.

Anexo 5. Dados referentes ao sistema financeiro

Total de activos do sistema financeiro em milhões de metcais

	Activos externos	Disponibilidade	Crédito interno	Títulos e participações	Imobilizações e mate	Outros activos	Contas de custos	Ajustes	Total de activos
DEZ 1990	274083	8159	668467	8939	21563	2505517	0	108299	3595026
DEZ 1991	512698	16335	911985	9446	38844	8744210	0	333770	10567288
DEZ 1992	1055107	94967	1197728	17026	159670	14084483	0	492427	17101408
DEZ 1993	1968162	522662	2114498	28788	371438	22349366	64420	1423099	27942926
DEZ 1994	2835638	865356	3052771	37984	672892	24517933	58697	1868812	32426923
DEZ 1995	5413225	1007103	3893720	43942	1236709	33276850	110579	1718200	45138243
DEZ 1996	7205644	1199474	4813960	179013	1364818	39614135	122607	1857710	54586273
DEZ 1997	9153372	1705416	6399530	73038	1626414	48330957	399693	1777254	67719149
DEZ 1998	10458719	1611741	7350836	215896	1971379	52966919	565148	1931758	75177330
DEZ 1999	11644466	1259803	9585661	357932	2319327	59292498	4471199	1700548	88993402
DEZ 2000	18432577	1839952	12034984	2198074	2592964	57856776	8322793	2487316	103265527
DEZ 2001	25252473	4284878	14168236	2630115	3086024	85720897	8666676	4482406	144139703
DEZ 2002	29299410	4112377	15582200	5862701	2839550	70195877	11807630	7329833	139699744
DEZ 2003	32584971	5175629	15540105	9111053	2896546	68344936	23361849	9633067	157015091
DEZ 2004	31596153	5511873	14808026	13462721	2990352	59471538	20616332	10373329	148456997

Centro de Promoção de Investimentos (CPI) Projectos aprovados por sector em usd

	Agricultura agro-indús	Aquacultura Pescas	Bancos, Seguradora Leasing	Construção	Indústria	Outros	Recursos M	Transportes Comunicação	Turismo Hotelaria
1990	40950000	5940424	0	2216175.86	18201965	6177686	0	2348330	45314696
1991	42328875	123000	0	6904631	14487874	3274569.6	0	3160841	689575.55
1992	24086885	3555558	19000180	144990597	0	2270714.75	580000	6513982	0
1993	6317674.4	24781359	1500000	1765463.99	3635328	8080100	3856000	34040220.6	16704491.1
1994	23613639	50962531.4	38500000	9332827.23	261045274.2	13923357.4	12903400	15727070.8	68029365.2
1995	60143619	24730852.3	904150	14776538.64	189574302.5	12234059.32	373909	22276492.2	49550264.2
1996	75916801	38592860.4	12934937	57752133.93	239281567.6	100689586	0	137912607	43517115.2
1997	272891809	31985420.8	1557093	11302170.45	1432736687	61404494.71	541912	44002216.5	47754893.2
1998	251889289	5532087.35	1.42E+08	13220233.95	222900639.3	48211055.5	155500000	51502481.7	102725870
1999	171513744	33590043.4	34340951	43825328.3	224082890.9	44492087.12	994491.31	23146653.7	103651623
2000	131050697	2459038.97	1.39E+08	236134600.5	45530272.57	63979968.55	103000000	87291525.5	91554884.4
2001	125523507	8932065.4	2050000	61392546	2134986075	22483352.49	7288000	647595647	1005902577
2002	68684949	1286666.29	16512867	24946742.77	51220806.07	64362907.53	1200498220	71237934	37193537.7
2003	65375509	27545193.9	75000	7450405	42881906.94	265121401.1	10260907	571111930	35765575.7

Crédito sectorial em milhões de metcais

	Agricultura	Indústria	Construção	Transporte e comunicações	Comércio interno	Comércio externo	Outros créditos	Indústria turística	Comércio
DEZ 1980	22700	12200	2700	3000	6900	1300	0		
DEZ 1981	26300	11300	4200	3300	7500	4100	0		
DEZ 1982	34100	16300	4900	5300	7600	4600	0		
DEZ 1983	42100	23400	6200	7100	7400	5600			
DEZ 1984	49600	23700	7700	10500	7600	6800	0		
DEZ 1985	56900	23000	8100	11900	6900	7400	0		
DEZ 1986	63500	23200	8600	15500	7600	6400	0		
DEZ 1987	75439	23696	10247	21118	11017	9079	1071		
DEZ 1988	90600	45578	11164	26268	26544	10647	2886		
DEZ 1989	139023	76203	10451	38143	56001	11288	3540		
DEZ 1990	159843	101250	7321	38196	83922	12119	4676		
DEZ 1991	204525	146078	13428	48135	125678	11145	10545		
DEZ 1992	283740	186400	16387	60941	182731	5805	26636		
DEZ 1993	199332	192942	21331	44756	238867	5789	44345		
DEZ 1994	294703	261390	62320	53914	401018	3568	76685		
DEZ 1995	247425	345822	36676	34355	568460	12429	5054		
DEZ 1996	696584	930682	106836	155174	776919	12419	406758		
DEZ 1997	937530	1467308	267431	214136	1268591	680	835876		
DEZ 1998	1112390	1678101	267625	295842	1399300	0	738218	0	
DEZ 1999	1614606	2218985	346614	420554			1466557	55958	1760452
DEZ 2000	1894657	2676773	449671	519216			2149155	216837	2027907
DEZ 2001	2029715	3174222	472880	953887			4828718	527038	1823216
DEZ 2002	2284850	3353932	583154	765092			4960661	554894	1805260
DEZ 2003	1672339	2623101	739306	777865			5112377	491055	2112961
DEZ 2004	1373776	2243545	452939	868043			4758087	389172	2765443

Número de explorações por classe de área segundo acesso ao crédito, 2000-2001

Classe de área	No	%	Governo	Cooperativo	ONG	Banco	Outra
T. Explor.	3064286	100					
Total	122334	4	6460	9513	24692	328	81342
< 0.1	88	0	88	-	-	-	-
0.1 - < 0.2	380	0	-	316	64	-	-
0.2 - < 0.5	7312	0.2	720	1235	2489	-	2867
0.5 - < 1	33640	1.1	1668	3044	7884	152	20892
1 - < 2	48794	1.6	2414	2820	8887	-	34673
2 - < 3	20131	0.7	1067	1265	3400	-	14399
3 - < 4	5772	0.2	135	181	1071	-	4385
4 - < 5	3060	0.1	5	-	110	2	2943
5 - < 10	2421	0.1	353	262	732	148	925
10 - < 20	321	0	7	11	47	17	239
20 - < 50	29	0	4	-	4	4	18
50 - < 100	-	-	-	-	-	-	-

Anexo 6. Evolução de diferentes dados referentes à cultura do algodão

Evolução da receita de algodão por hectare em Moçambique					
	Rendimento do sector kg/ha	Taxa de câmbio	Preço do algodão caroco de p	Rendimento brut	Rendi. US\$
1990/91	321	1900	320	102843	54
1991/92	315	2591	478	150417	58
1992/93	397	3495	700	277723	79
1993/94	310	5888	1100	340854	58
1994/95	289	9069	1500	433600	48
1995/96	253	11175	3900	988403	88
1996/97	415	11500	3300	1367949	119
1997/98	443	15000	2950	1305520	87
1998/99	511	17000	2300	1174763	69
1999/00	282	19000	2500	705932	37

Rendi. comparativo sector familiar e a produção directa		
	Sector familiar	Produção dire
1990/91	321	1576
1991/92	315	1157
1992/93	397	1589
1993/94	310	1405
1994/95	289	1192
1995/96	253	1572
1996/97	415	1374
1997/98	443	1325
1998/99	511	1311
1999/00	282	1982

Evolução da receita bruta de algodão por hectare no Mali				
	Rendimento kg/ha	Preço cfa/kg	Taxa de câmbio cfa/US cent	Rendi. US\$/ha
1992	1286	85	2.82	387
1996	1076	155	5.82	287
1997	1052	170	5.9	303
1998	1051	185	6.13	317
1999	970	160	7.11	205

Algodão fibra principalmente destinado a exportação Peso da fibra do algodão em kg			
	Exportado	Classifica	Export share
1995/96	14488071	14786331	0.98
1996/97	22263376	23789099	0.936
1997/98	26949623	29644234	0.909
1998/99	35193737	35746185	0.985
1999/00	11328473	12193649	0.929

Campanhas 1980/81 – 2004/05 produção do algodão por sectores e rendimento (ton/ha)

	Estatal			Misto (JVCs)			Privado			Cooperativo			Familiar			Total		
	Área (ha)	Produção (ton)	Rendimento (ton/ha)	Área (ha)	Produção (ton)	Rendimento (ton/ha)	Área (ha)	Produção (ton)	Rendimento (ton/ha)	Área (ha)	Produção (ton)	Rendimento (ton/ha)	Área (ha)	Produção (ton)	Rendimento (ton/ha)	Área (ha)	Produção (ton)	Rendimento (ton/ha)
1980/81	28322	32760	1.16	0	0		8026	7188	0.90	1486	420	0.28	207091	33088	0.16	244935	73456	0.30
1981/82	26877	24791	0.92	0	0		8952	6373	0.71	2376	250	0.11	194245	28953	0.15	232450	60367	0.26
1982/83	17030	14482	0.85	0	0		2995	2861	0.96	1549	233	0.15	56342	7224	0.13	77916	24800	0.32
1983/84	11946	8549	0.72	0	0		2480	2375	0.96	992	337	0.34	132190	8439	0.06	147608	19700	0.13
1984/85	4108	2647	0.64	0	0		665	627	0.94	285	57	0.20	9725	1869	0.19	14783	5200	0.35
1985/86	7175	4230	0.59	0	0		1510	843	0.56	481	111	0.23	38873	5475	0.14	48039	10659	0.22
1986/87	7246	4767	0.66	2680	1411	0.53	3334	1790	0.54	618	186	0.30	94018	20146	0.21	107896	28300	0.26
1987/88	7240	4193	0.58	2350	4500	1.91	2001	1307	0.65	261	101	0.39	119349	8919	0.07	131201	19020	0.14
1988/89	5087	4232	0.83	2600	6530	2.51	2960	3839	1.30	257	94	0.37	97174	13453	0.14	108078	28148	0.26
1989/90	3518	4005	1.14	3350	9351	2.79	3774	3612	0.96	248	73	0.29	54130	13565	0.25	65020	30606	0.47
1990/91	1155	1148	0.99	10700	16865	1.58	4045	3176	0.79	150	45	0.30	58749	18881	0.32	74799	40115	0.54
1991/92	300	150	0.50	11270	13038	1.16	8585	6293	0.73	0	0		48157	15154	0.31	68312	34635	0.51
1992/93	0	0		8873	14095	1.59	6870	8784	1.28	0	0		60812	24127	0.40	76555	47006	0.61
1993/94	0	0		7792	10950	1.41	6661	6130	0.92	0	0		94376	29244	0.31	108829	46324	0.43
1994/95	0	0		6497	7746	1.19	6849	9503	1.39	0	0		123698	35757	0.29	137044	53006	0.39
1995/96	0	0		7032	11051	1.57	7053	6786	0.96	0	0		128908	32670	0.25	142993	50507	0.35
1996/97	0	0		5701	7833	1.37	7193	7802	1.08	0	0		140798	58365	0.41	153692	74000	0.48
1997/98	0	0		2793	3702	1.33	15489	7898	0.51	0	0		179614	79488	0.44	197896	91088	0.46
1998/99	0	0		1635	2144	1.31	16760	11995	0.72	0	9000		183209	93577	0.51	201604	116716	0.58
1999/00	0	0		455	902	1.98	1961	1817	0.93	19782	9080	0.46	83457	23566	0.28	105655	35365	0.33
2000/01	0	0		400	520	1.30	5139	6157	1.20	106470	19683	0.18	122684	44688	0.36	234693	71048	0.30
2001/02	0	0		1971	1596	0.81	2647	7182	2.71	57797	9905	0.17	163076	65992	0.40	225311	84675	0.38
2002/03	0	0		0	0		1542	389	0.25	30028	6869	0.23	130769	46886	0.36	162339	54144	0.33
2003/04	0	0		0	0		1846	1646	0.89	9412	5083	0.54	163565	86476	0.53	174823	93205	0.53
2004/05	0	0		0	0		1389	719	0.52	7776	3697	0.48	184855	96740	0.52	194020	101156	0.52

Campanhas 1980/81 – 2004/05 produção do algodão por zonas e rendimento (ton/ha)

	Norte			Centro			Sul		
	Área (ha)	Produção (ton)	Rendimento (ton/ha)	Área	Produ.	Rendi.	Área	Produ.	Rendi
1980/81	171358	55302	0.32	69166	17499	0.25	4411	655	0.15
1981/82	194844	54805	0.28	32695	5092	0.16	4911	470	0.10
1982/83	70595	22690	0.32	5907	1938	0.33	1414	172	0.12
1983/84	121869	18079	0.15	24598	1361	0.06	1141	260	0.23
1984/85	11637	4405	0.38	2938	718	0.24	208	77	0.37
1985/86	44383	8329	0.19	2946	2100	0.71	710	230	0.32
1986/87	96455	25562	0.27	2843	1338	0.47	8598	1400	0.16
1987/88	120624	12986	0.11	3018	2625	0.87	7559	3409	0.45
1988/89	100576	19682	0.20	3045	3111	1.02	4457	5335	1.20
1989/90	57252	17700	0.31	3374	3843	1.14	4394	9063	2.06
1990/91	66469	29402	0.44	3430	3222	0.94	4900	7491	1.53
1991/92	57027	23967	0.42	6650	2125	0.32	4635	8543	1.84
1992/93	67318	34705	0.52	5700	5957	1.05	3537	6344	1.79
1993/94	100161	34453	0.34	5636	5698	1.01	3032	6173	2.04
1994/95	125026	43818	0.35	9417	6837	0.73	2601	2351	0.90

	Norte			Centro			Sul		
	Área (ha)	Produção (ton)	Rendimento	Área	Produ.	Rendi.	Área	Produ.	Rendi.
1995/96	114417	40271	0.35	21277	6289	0.30	7299	3947	0.54
1996/97	134308	64549	0.48	15060	6595	0.44	4324	2856	0.66
1997/98	117909	77773	0.66	15695	8466	0.54	4292	4849	1.13
1998/99	177659	100292	0.56	20884	12804	0.61	3061	3620	1.18
1999/00	90791	26182	0.29	14286	9082	0.64	578	101	0.17
2000/01	210585	59307	0.28	23022	11633	0.51	1086	108	0.10
2001/02	202244	65809	0.33	23030	18860	0.82	37	6	0.16
2002/03	128779	36255	0.28	33088	17754	0.54	472	135	0.29
2003/04	130180	67704	0.52	44730	25391	0.57	666	110	0.17
2004/05	130124	57969	0.45	63353	42137	0.67	543	1050	1.93

Milhões de toneladas

	Produção mundial	Consumo mundial
1987	17.74871232	18.33709632
1988	18.3532224	18.57506496
1989	17.37171072	18.9383376
1990	18.98976672	18.63739008
1991	20.7666864	18.78296064
1992	17.93634144	18.81346944
1993	16.92061632	18.643056
1994	18.79647168	18.41707296
1995	20.42411616	18.6953568
1996	19.61890176	19.1246592
1997	20.09963328	19.01722464
1998	18.63237792	18.4708992
1999	19.11572448	19.84335936
2000	19.362192	20.08328928
2001	21.51872832	20.54963808
2002	19.23165792	21.4171776
2003	20.76058464	21.3626976
2004	26.23626048	23.71383648
2005	24.87382464	25.246032
2006	25.21835616	26.34195168

7. Bibliografia

Abrahansom, H. e Nilsson, A. 1992. *Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo.

Banco Popular de Desenvolvimento. S.D. *Relatório de Crédito às Aldeias Comunsais*. Maputo

Boletins Estatísticos do Banco de Moçambique: Vários

Castel-Branco, C. 1995. *Opções Económicas de Moçambique, 1975-95: Problemas, lições e ideias alternativas* in Brazão Mazula, Eleições Democracia e Desenvolvimento, Embaixada do Reino dos Países Baixos. Maputo.

Centro de Promoção de Investimentos (CPI). Maputo.

Helms, B. 2006. *Access For All: Building Inclusive Financial Systems*. Consultative Group to Assist the Poor. The World Bank, Washington, DC 20433.

Instituto Nacional de Estatística em Parceria com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2002. *Censo Agro-Pecuário 2000*. Maputo.

- Apresentação Sumária dos Dados;

- Resultados Definitivos.

Instituto Nacional de Estatísticas. 2002. *Censo Agro-Pecuário 2000*. Resultados Temáticos, Maputo.

Keyser, J. TechnoServe. 1998. *Cotton Subsector Analysis*. Nampula.

Legatre, P. e Fok, M. e Jeje, J. 2001. *Estudo do Subsector do Algodão, Relatório Final*. Maputo: Instituto do Algodão de Moçambique (IAM).

Mearman, A. (7 March, 2005). *Dow's treatment of dualism*. Cambridge Journal of Economics. www.cje.oxfordjournals.org .

Ministério das Finanças. 1978. *Relatório sobre a situação do Desenvolvimento Agrícola e Propostas de Alteração à Política de Crédito*. Maputo.

National Cotton Council of America. www.cotton.org/econ/cropinfo/cropdata/summary.cfm

Wuyts, M. 1981. *Camponeses e Economia Rural Centro de Estudos Africanos (CEA)*. Maputo.

Wuyts, M. S.D. *A Organização das Finanças e o Desenvolvimento Económico de Moçambique: Do Sistema Capitalista Colonial ao Desenvolvimento Socialista*. Texto de apoio n°105. Centro de Estudos Africanos. Maputo.

www.bancomoc.mz